

## GAZETA MERCANTIL

## CONSTITUINTE

# Lideranças tentam conciliar as divergências no novo projeto

por Francisca Stella Fagó  
de Brasília

Ontem, os líderes do PMDB e os relatores da Comissão de Sistematização da Constituinte passaram o dia inteiro, praticamente sem intervalo, discutindo como conciliar no próximo projeto de Constituição as divergências sobre reforma agrária, greves, previdência social, organização dos poderes e sistema de governo.

Estavam otimistas no início da noite. Embora não tivessem até então chegado a qualquer decisão de consenso.

O deputado José Serra (PMDB-SP), entusiasmava-se com a perspectiva de ser aprovada a redução para 45 dias do período entre a eleição e a posse de presidente da República, governadores e prefeitos. Seriam eleitos em 15 de novembro e tomariam posse em 1 de janeiro.

A generosidade dos governantes quando estão por deixar o cargo, segundo Serra, é uma das principais causas dos descalabros dos gastos públicos.

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, não tem entusiasmo algum com a proposta de Serra. Os eleitos, argumenta Sant'Anna, precisam de tempo para informar-se sobre a gestão anterior e para montar os seus governos.

Pela manhã, na casa do deputado Ulysses Guima-

## A definição do sistema

por Andrew Greenlees  
de Brasília

Cresce entre os relatores adjuntos da Constituinte e líderes do PMDB a tendência de minimizar a característica híbrida do novo sistema de governo a ser adotado no País.

A questão agora é saber para que lado caminhará o substitutivo a ser apresentado no domingo pelo relator Bernardo Cabral: em direção do parlamentarismo puro ou ao chamado presidencialismo mitigado.

O próprio Cabral, no entanto, avisou ontem que, caso não haja um entendimento

entre as duas correntes, manterá em seu texto o sistema do atual anteprojeto, pelo qual o primeiro-ministro assume a chefia do governo, mas o presidente da República tem grande influência no processo de escolha do "premier".

O relator admitiu ainda sua intenção de aproveitar uma emenda apresentada pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, que simplifica o mecanismo de formação do governo, eliminando, por exemplo, a lista dupla com nomes de candidatos a primeiro-ministro que a Câmara deveria submeter ao presidente da República na hi-

pótese de impasse na escolha. Enquanto isso, dividem-se as opiniões sobre os rumos do sistema de governo. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e relator adjunto da Constituinte, constatava ontem o crescimento da tendência pelo parlamentarismo puro, no qual o presidente cumpre função representativa. Já o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, lembrava um forte argumento em favor do presidencialismo, mesmo que mitigado: o futuro ocupante do Palácio do Planalto será eleito com aproximadamente 40 milhões de votos, "uma forte legitimidade".

rões, presidente da Constituinte e presidente da República em exercício, os líderes e relatores tentaram entender-se sobre uma proposta de consenso sobre a imissão na posse dos imóveis rurais desapropriados pela União. Firmaram-se duas tendências. Uma delas é a proposta aprovada na última Convenção Nacional do PMDB, defendida pelo líder do partido na Constituinte, senador Mario Covas: A União toma posse imediatamente após a desapropriação e o desapropriado pode contestar

amplamente a justificativa do interesse social. Se sair vitorioso, é indenizado em dinheiro. Se perder, recebe títulos da dívida pública, no prazo de vinte anos.

A outra proposta, defendida pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor jurídico de Ulysses Guimarães, exige que a União peça na Justiça a imissão imediata. Não havendo decisão no prazo de noventa dias, a imissão estaria automaticamente autorizada.

Os relatores e líderes entenderam-se sobre o direito à sindicalização e à

greve no serviço público. Nos serviços essenciais, a greve seria permitida desde que a prestação dos serviços não fosse interrompida.

A próxima versão de projeto de Constituição deverá estar concluída no próximo domingo. Mas na quinta-feira, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, já deverá ter concluído a redação de projeto provisório que será submetido à apreciação dos líderes de todos os partidos.